



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador José Guedes. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia nove de setembro de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Comunicação Interna do vereador José Guedes. Nova Lima, 16 de setembro de 2014. Informa que hoje não comparecerá à reunião ordinária por motivo de doença e necessidade de repouso. 2) Do Presidente do Diretório Estadual do PSL/MG, Agostinho Gertrudes de Oliveira Neto. Informa que no dia 01/09/14 estava sendo protocolada no TER/MG a nova comissão provisória deste município. Presidente: Luciano Vitor Gomes; Vice-Presidente: Cláudio Luciano Cardoso; Tesoureiro: Roberto Cláudio Fernandes; Secretário: Stefano Luis Rodrigues; Líder do Partido na Câmara: Leci Alves Campos; Vogal: Thiago Silva Abalen. 3) Ofício 063/14 – VO. Nova Lima, 16 de setembro de 2014. Do senhor Marcus Aurélius Mesquita Barbosa, Gerente de Unidade da Via Ouro.



Ao Gabinete do vereador Sd. Flávio de Almeida. Assunto: Linha experimental em Santa Rita. Comunica que atendendo pedidos do nobre vereador e a população do Bairro Santa Rita, enviaram ofício (cópia em anexo) para a SEMST solicitando autorização para linha experimental que fora pleiteada. 4) Ofício nº 7491/2014/PRMG/PRDC/EADNJ, Belo Horizonte, 04 de setembro de 2014. Do Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Minas Gerais. Edmundo Antônio Dias, Procurador da República. Solicita seja informado sobre a existência de programação apresentada pelo gestor municipal do Sistema Único de Saúde para realização das audiências públicas de que trata o parágrafo 5º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13.01.2012, destinadas à apresentação do Relatório quadrimestral de gestão perante a Casa Legislativa do respectivo ente da Federação. O Senhor Presidente disse: “eu vou encaminhar esta correspondência à Comissão de Saúde, na pessoa da Presidência, o vereador Fausto Niquini é o Presidente. Como o nosso Secretário já leu, acho como a Sua Excelência, já foi explicado pelo Procurador, tomar as providências e assim que o Secretário vim na Casa e a Comissão de Saúde tomar as providências, encaminha à Secretaria para responder as suas ações”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário para que nós convocássemos o Secretário de Saúde, João Hernane, para uma reunião conosco aqui na antessala. Eu sugiro que já seja encaminhada para ele uma cópia para que quando ele viesse à reunião já trouxesse...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “Senhor Presidente, eu só quero informar que hoje eu estive na Secretaria de Saúde e o Secretário está de



férias quinze dias”. O Senhor Presidente indagou: “eles deram prazo nesta correspondência, então, o adjunto, o imediato dele responde. Quem é?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira informou: “é a Dra. Renata que está respondendo”. O Senhor Presidente registrou: “então, fazer uma correspondência para a Dra. Renata”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “vereadora Ângela Lima, vereador Leci Campos; segunda-feira, quatorze horas, está bom? Então, fica marcado”. O Senhor Presidente afirmou: “fica marcado, não há necessidade de votação porque a Comissão é só os vereadores, vocês que vão reunir. Então, está marcado e a Secretaria faz a correspondência e encaminha para a Dra. Renata. Vereador Fausto, tem que olhar com o Procurador depois, Sua Excelência pode olhar para ver se o imediato responde pelos atos também do Secretário, eu não sei, então, depois tenha o cuidado de olhar”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.474/2014, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de dar outras providências” – Rua Diomar Maria dos Santos. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição; 2) Projeto de Lei nº 1.475/2014, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre a retirada de veículos abandonados das ruas do município, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 293/2014, autoria do vereador Silvânio



Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Pedro Paulo Carvalho”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores André Luiz Vieira da Silva, Leci Alves Campos e Flávio de Almeida, para emissão de parecer; 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2014, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Senhor Leo Alves de Assis Júnior”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Fausto Niquini Ferreira, André Luiz Vieira da Silva e Flávio de Almeida, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.448/2014, que “Dispõe sobre a instituição do Corredor Ecológico do Vale do Mutuca, além de dar outras providências”. O Senhor Presidente encaminhou o supracitado projeto à Comissão de Serviços Públicos Municipais. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “Senhor Presidente, de acordo com o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, eles estão solicitando que retorne o projeto ao Executivo para que seja complementada a documentação e, aí, dar continuidade”. O Senhor Presidente registrou: “vou devolver à Secretaria e ela encaminha ao Executivo”; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.471/2014, que “Regulamenta a Lei Federal nº 12.987/14 no âmbito municipal e institui o dia 25 de Julho como Dia Municipal de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, incluindo-o no Calendário Oficial do Município”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário



consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, dispensou os interstícios para a votação deste projeto; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.472/2014, que “Institui o Dia Municipal do Comerciante”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 4) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 253/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Fernando José de Moraes”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Nélio Aurélio de Souza, dispensou os interstícios para a votação deste projeto; 5) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 291/2014, que “Concede o Título de Cidadania Honorária à pessoa que indica e contém outras providências” – Capitão PMMG Rodrigo Piassi do Nascimento. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 6) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 292/2014, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Dr. Castellar Modesto Guimarães Filho”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Presidente comunicou: “antes de passar para a segunda parte, para a votação de projetos, quando leu os Corredores Ecológicos, eu vou consultar a Comissão de Meio Ambiente e de Legislação e Justiça, se as comissões concordam com a Presidência devolvendo para o Executivo por estar a documentação incompleta. A Comissão de Meio Ambiente é vereadora Ângela Lima, vereador André e Gilson.



Está bom assim, a concordância de vocês, está incompleta a documentação. E a Comissão de Legislação e Justiça é o Silvânio Aguiar, Coxinha e Fausto; a comissão concorda com a devolução do projeto por está faltando documentação, dos Corredores Ecológicos. Então, está sendo devolvido pela Secretaria da Casa com a concordância das comissões. Que conste em Ata”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.454/2014, que “Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos no Município de Nova Lima”. Em primeira votação, aprovado por nove votos; 2) Projeto de Lei nº 1.460/2014, que “Institui o Programa Municipal de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social no Município de Nova Lima, além de dar outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.461/2014, que “Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, CMHIS, além de dar outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.466/2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de profissional da área de enfermagem (Auxiliar de Enfermagem) nas unidades Centro Educação Infantil no Município de Nova Lima”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos, autor do projeto, propôs emenda substitutiva: “Modifique as redações da ementa e art. 1º do Projeto de Lei nº 1.466/2014, os quais passarão a vigorar nos seguintes termos: Dispõe sobre a obrigatoriedade de profissional da área de enfermagem (Técnico de Enfermagem) nas unidades Centro de Educação Infantil no Município de Nova Lima. Art. 1. Fica instituída a obrigatoriedade de profissionais da área de



enfermagem (Técnico de Enfermagem) em cada uma das Unidades Municipais de Centro Educacional Infantil”. Emenda aprovada por nove votos. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por nove votos; 5) Projeto de Lei nº 1.467/2014, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de outras providências” – Rua José Ferreira Neto”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de Lei nº 1.468/2014, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Mário Pereira Silva. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 7) Projeto de Lei nº 1.470/2014, que “Institui o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por nove votos; 8) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.473/2014, que “Ratificam todas as cláusulas do Termo Aditivo do Acordo Coletivo de Trabalho 20014/2015, além de dar outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda aditiva apresentada pelo vereador Flávio de Almeida: “O artigo 3º do Projeto de Lei Substitutivo ao 1.473/2014 passará a ter a seguinte redação: Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, ficando mantidas as disposições contidas na Lei Promulgada nº 09, de 06/12/2013”. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida disse: “quando eu pedi vista foi simplesmente pelo fato de ficar preocupado. A gente teve uma reunião e ela falava de valores, que a prefeitura passa por dificuldade. Aí eu assustei quando da dificuldade, no texto vinha tirando a Grande Folga que é um benefício que não custa nada. E acredito eu também que o prefeito não tinha ciência disso não porque quem fez algo assim e termina um texto



tirando um benefício, deve ser alguém que nunca trabalhou doze horas de serviço, com certeza. Ou, então, alguém que nunca teve que ficar depois das doze horas parado, esperando alguém chegar para tirá-lo do seu setor de trabalho. Então, Senhor Presidente, o que eu peço aqui hoje, na Casa, é que cada um pense e vote a favor não do vereador Flávio, mas vote a favor de cada Guarda Municipal, de cada Vigia aqui hoje presente porque eu fui Secretário lá e sei o que é, realmente, alguém se manter doze horas ali, ou em pé ou numa viatura e nunca largando o serviço no horário devido. E mais, cumpri uma escala dessas durante quinze anos na minha vida, eu sei o que é isso. Eu sei o que é a sua família ir para uma festa e você não poder ir, e no outro dia também, aquele dia que você está de folga, você também não pode ir, você está tão cansado, você não tem disposição para nada. Acredito que o vereador Coxinha também teve uma escala dessas no próprio exército. Acredito que o vereador Silvânio, na sua luta do dia-a-dia, também tenha passado por isso. Então, o que eu peço é simples, é só que a gente mantenha uma Lei promulgada nesta Casa, ou seja, não estamos mexendo financeiramente em nada, não estamos mexendo nos cofres públicos, em nada. É um benefício que é só um pouquinho de boa-vontade ao fazer a escala, não tem prejuízo nenhum para os cofres públicos. Então, eu queria que os senhores, realmente, tivessem retribuindo a eles, não a mim. Obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “eu quero só dar o apoio ao nobre vereador Flávio de Almeida e dizer que vou acompanhar o líder do meu partido nesta votação”. O Senhor Presidente informou: “vereador, eu vou votar a emenda com a Sua Excelência e vou me abster no projeto. Eu não tive tempo de ler o projeto,



realmente, eu tive muitos problemas nesta semana, mas isso não vai prejudicar ninguém”. A emenda foi aprovada por nove votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “eu concordo plenamente com o que o vereador Flávio de Almeida falou em relação à Grande Folga, estou completamente de acordo, só quem trabalhou, realmente, escalonado sabe a luta que é; que é diferente de um trabalho de horário normal, comercial. Mas também, assim como o presidente falou, eu vou me abster na votação do projeto, até porque eu acho que veio dividindo as escalas, escalonando, mas não veio relacionando aonde seriam aplicadas essas escalas. Então, por entender que este projeto está mal elaborado, eu vou me abster. Isso para não dizer que a gente está querendo atrapalhar o andamento do remendo que o prefeito quer fazer, mas não dá para votar porque eu não sei aonde ele vai aplicar esta divisão de escalas”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “eu só queria agradecer a cada um dos senhores o entendimento e dizer para os senhores que a família da Guarda Municipal e dos Vigias agradece. Obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “eu queria que o senhor consultasse o Plenário. Quero votar neste projeto do Executivo, sou a favor dos Vigias e da Guarda Municipal, não tem dúvida, Flávio sabe disse, os Guardas Municipais e os Vigias sabem. Não vou me abster do projeto do Executivo, mas queria que consultasse o Plenário, eu queria uma emenda ou alguma coisa porque não posso deixar o pessoal do Pátio de Obras prejudicado como está, o pessoal do Meio Ambiente, várias Secretarias. Uma emenda que voltasse ao normal, para não mexer com os pequenos; mexe com os peixes grandes. Talvez não seja neste projeto, mas já estou mandando um recado para



não passar batido, pedir ao prefeito, a senhora que é líder do governo, para deixar o pessoal do Pátio ganhar o salário deles, já é pouco para o tanto que eles trabalham em nossa cidade. Há meses atrás, nós estávamos aqui votando um aumento e nós falamos que eles trabalham muito. Estava aqui o Sindicato brigando, eles trabalham muito e mereciam um aumento. Estou mandando um recado: eu queria pedir ao prefeito para mandar para esta Casa se ele tirou mesmo as gratificações e as comissões dos peixes grandes e deixar os peixes pequenos trabalhar em paz e ganhar o salarinho deles”. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por sete votos e abstenções do Senhor Presidente e do vereador André Luiz Vieira da Silva. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, dispensou o interstício para a segunda votação do projeto. Em segunda e última votação, o projeto foi aprovado por sete votos, abstenções do Senhor Presidente e do vereador André Luiz Vieira da Silva, e encaminhado à sanção; 9) Projeto de Lei nº 1.471/2014, que “Regulamenta a Lei Federal nº 12.987/14 no âmbito municipal e institui o dia 25 de Julho como Dia Municipal de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, incluindo-o no Calendário Oficial do Município”. Em primeira e segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 10) Projeto de Decreto Legislativo nº 253/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Fernando José de Moraes”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “eu gostaria de trazer a esta Casa o agradecimento da Secretária de Habitação, a Cláudia Pires. Ela manda agradecer a



toda Casa a votação dos dois projetos hoje, que nós acabamos de aprovar com a aprovação de todos os vereadores. Isso vai ajudar demais, principalmente, as pessoas de baixa renda para poder ter assistência técnica gratuita feita pela prefeitura. Ela não pôde estar presente aqui hoje, nesta noite, porque ela está na faculdade dando aula, mas ela manda agradecer a toda Casa pela votação hoje desses dois projetos enviados pelo Executivo”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Propõe à Mesa Diretora moção de pesar que visa transmitir votos à família enlutada da Sra. Sílvia Teixeira. O vereador Fausto Niquini Ferreira permitiu que os vereadores Leci Alves Campos e Maria Ângela Dias Lima Pereira assinassem o requerimento. Aprovado, nove votos. 2) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal o seguinte pedido de providência: verificar junto ao Secretário de Educação o cumprimento da Lei nº 2395/2013 e apresentar relatório de sua implantação. Aprovado, oito votos. 3) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo o asfaltamento do final da Rua João Coelho da Silva no Bairro Alto do Gaia. Em discussão, o autor falou: “eu queria fazer um comentário, na verdade, referente à última reunião em que eu solicitei um asfaltamento aqui e, é lógico e evidente, fazendo menção a este asfaltamento. A gente tem conhecimento e o prefeito já disse isso, que Nova Lima tem a pavimentação asfáltica na grande maioria de suas ruas. Na semana passada quando eu solicitei o asfalto aqui para a rua da Praça da Estação, eu acredito que por falta de conhecimento do lugar que era, uma pessoa se sentiu incomodada ao me ver fazer uma solicitação de um asfaltamento



de um lugar que é uma ocupação especificamente. Eu queria dizer que esta cidade é cheia de ocupações que têm asfalto, água, luz, esgoto, e que estão lá pronto. Eu acho uma injustiça, mais uma vez, o que estão fazendo com o pessoal da Praça da Estação. Disseram que não vão colocar o asfalto lá porque ali vai ser o transbordo do trem turístico que vão fazer em Nova Lima. Esse trem turístico vive no papel, a gente sabe que ele vai acontecer. Agora, quanto custa, para quem entende do que eu estou falando, cinquenta metros de asfalto? Qual é o valor disso? Eu acredito, Soldado Flávio, a exemplo do que o senhor colocava no gabinete outro dia, que é bem menos do que pagamos para o Thiaguinho; muito menos do que custa um show que a gente fez na cidade de Nova Lima, para ficar uma população que deve ter umas oito famílias mais ou menos passando aquela poeira todo santo dia. É o mesmo caso aqui da rua lá no Alto do Gaia. Porque não asfaltar cinquenta metros? Ah, vai ter um projeto lá na frente, beleza, quando for fazer o projeto, eu acredito que ele não vai custar para os cofres públicos um valor que seja muito alto em função desse asfalto que foi feito. É dar dignidade para as pessoas, é dar cidadania. O que mais me preocupa é que a pessoa que me fez esta colocação é uma pessoa que saiu do meio do povo, que veio para esta cidade de Santa Luzia, dizer que ia lutar pela classe operária da cidade, pelas classes mais pobres da cidade. E agora, eu ter que escutar dessa pessoa que eu estou defendendo ocupação na cidade, aí não, por favor gente, de maneira nenhuma. Uma coisa é ocupação desorganizada, desordenada; todo mundo sabe aqui qual é o meu posicionamento com relação a isso. Todo mundo aqui sabe, a ocupação desorganizada, desordenada, que se



faz de qualquer forma, quem me conhece sabe muito bem o que eu penso disso. Agora, se infelizmente, o governo deixou que as pessoas fizessem as suas casas, se o governo não usou a fiscalização, o direito de polícia que tem para fiscalizar. Se o governo, na hora certa, não usou das ferramentas que poderia ter usado; deixar as famílias na poeira eu acho desumanidade. Eu penso que as pessoas do próprio governo, que tenham essa sensibilidade para a população que está esquecida em Nova Lima porque ainda tem população esquecida. Não vou conseguir falar sobre isso hoje, mas nós temos cento e setenta e quatro casos de crianças e adolescentes em Nova Lima em situação de risco. São pessoas que estão esquecidas, que precisam de atendimento; e o governo precisa levar isso em consideração. Último caso: uma pessoa quer fazer uma inscrição para habitação na Secretaria de Habitação, nós ligamos do nosso gabinete para esta pessoa, sabem para quando é agendado o atendimento da pessoa? Para o dia vinte e um de janeiro do ano que vem”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, vinte e um de janeiro do ano que vem está bom, o do prefeito é para o meio do ano; não está ruim não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva continuou: “eu acho um desrespeito com a população que está esperando receber uma casa, que viu esta lista aí agora, ligar numa Secretaria de Habitação, com todo respeito mais uma vez, porque quando a gente fala de um Secretário aqui parece que a gente está enfiando a faca no bicho e não é isso não. O papel do vereador aqui é fiscalizar o Secretário, eles que se acomodem lá e entendam que nós estamos cumprindo o nosso papel. Nós somos cobrados pelas pessoas na rua, em todo lugar que a gente anda e a gente vai buscar resposta onde? Tem que buscar nas



Secretarias. E aí, a gente liga lá e o atendimento para a senhora que quer fazer uma inscrição para a casa própria, agendado para o dia vinte e um de janeiro do dois mil e quinze”. O vereador Flávio de Almeida disse: “vereador Silvânio, estou ouvindo o senhor com muita atenção e sei da sua luta com referência ao pessoal lá. Vou dizer para o senhor, se fosse uma empresa como a Morro Velho pedindo, eles não iam nem perguntar se é ocupação, nem olha no mapa se é da Morro Velho mesmo, não olha, em momento nenhum eles olham se é. Mas quando a ocupação atinge um metro que é terreno da Morro Velho, eu nunca vi uma prefeitura agir com tanta rapidez para ajudar uma empresa. Uma empresa que, diga-se de passagem, está devendo dezoito milhões para os cofres públicos, negociando para cair. Mas vai lá uma pessoa pobre e carente pedir um desconto que vai ouvir assim ‘a lei não permite’, mas permite para os grandes. Aí, dizer que não pode levar cinquenta metros de asfalto, cem metros de asfalto para atender pessoas que votam nesta cidade. E pessoas que se você for olhar o passado, o avô, o bisavô tinham recurdos, mas caíram nas mãos da Morro Velho, foram massacrados e continuam até hoje escravos desta empresa, como a prefeitura é, boa parte também do Poder Legislativo anda também atrelada. Então, vereador, nós temos que cobrar o asfalto lá e dizer para o Executivo, na presença de seis ou oito vereadores, que podia asfaltar, era só falar o lugar. Será que aquela família não paga imposto quando compra um pãozinho? Ou será que é porque não tem recurso mesmo? O senhor pode contar comigo na luta e, se for preciso, a gente vai para a rua, pode contar comigo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “eu só quero fazer justiça ao Secretário



Santinho porque, na verdade, não é ele que negou o asfalto. Eu fui corrigido na porta da Câmara porque me disseram que eu estou provocando aqui a legalização dos assentamentos irregulares, das ocupações irregulares. Na verdade, o Santinho disse que tem uma dificuldade técnica para fazer este asfalto, eu entendo a situação dele, mas, com certeza, esta Casa vai conversar e nós vamos conseguir fazer este asfalto lá. Eu só fico indignado com uma pessoa que sai lá de Santa Luzia para vim discutir política pública em Nova Lima, que não tem sensibilidade com uma pessoa que está ocupando o fundo da casa dela, não é uma invasão, é o fundo da casa porque antigamente passava a linha de trem”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “é justamente isso que eu ia não corrigir, mas é só...”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “eu não falei nada de mais não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “não, não falou não, Flávio. Eu só estou falando o seguinte: o asfalto ainda não foi negado. Foi um requerimento que o vereador fez, inclusive ele fez aqui falando que o prefeito tinha falado com ele que tem asfalto suficiente para colocar nas ruas de Nova Lima, e que ele estava pedindo isso para uma rua que é reconhecida apesar de lá ter um assentamento. Então, não foi negado pelo prefeito e nem tampouco pelo Secretário Santinho, que foi o que você corrigiu. O seu desabafo é fora disso”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “em momento nenhum eu disse que foi o Santinho, em momento nenhum eu disse isso aqui. Eu só aproveitei a fala do meu companheiro de partido e fiz um desabafo dos dezoito milhões que a Morro Velho está devendo, só aproveitei este momento. Quem sabe serve de lição e eles pagam”. O Senhor Presidente informou: “eu me inscrevi no



Grande Expediente para falar sobre isso, quando eu cheguei aqui, eu me inscrevi no Grande Expediente, comuniquei à secretária”. Requerimento aprovado por nove votos.

4) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Conceição Ferreira Freitas, em nome da sua irmã, Sra. Luzia Mercês dos Santos, residente e domiciliada à Rua Francisco Diogo Félix, 129, Bairro Cariocas em Nova Lima. Aprovado, nove votos. 5) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família do funcionário Moises Gonçalves Tomaz pelo falecimento de sua mãe, Sra. Alvimar Gonçalves Tomaz, no dia 12 de setembro. Aprovado, nove votos. 6) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal o seguinte pedido de providência: verificar junto ao Secretário de Educação o cumprimento da Lei nº 2377/2013 e apresentar relatório de sua implantação. Aprovado, nove votos. O Senhor Presidente propôs requerimento verbal: “eu vou fazer dois requerimentos verbais. Primeiro requerimento, agradecer à Secretaria de Habitação pelo encaminhamento da semana passada, que nós pedimos a respeito das casas populares, dos apartamentos no Padre João Marcelino; foi encaminhado, até com muita antecedência, parabéns para a Secretaria, apesar de que as informações não foram suficientes porque elas batem mais ou menos iguais as do jornal, então, eu preciso... Eu acho que eu vou ter que fazer, hoje, outro requerimento para a Secretaria de Ação Social porque lá que deve ter a disciplina de cada pessoa que foi contemplada pela casa. O que é a disciplina? A Secretaria de Ação Social está desvinculada totalmente da Habitação, e ela que faz esse processo e



deve passar para a Habitação. Tem que ser, se não foi feito dessa forma, teria que ser, porque como é que você vai saber se uma pessoa é pobre, rica ou média. É a Secretaria de Ação Social. Eu estou fazendo um requerimento e quero que ele seja na íntegra do jeito que estou fazendo. Eu vou encaminhar à Secretaria de Ação Social porque lá, eu me lembro que aquelas lá atrás, todas as inscrições de casa popular eram feitas lá. Então, que ela encaminhe para esta Casa qual é a disciplina para as pessoas de baixa renda, já estou falando que é baixa renda, se mandar para cá tem que vim de baixa renda, são contempladas com essas casas populares do Conjunto Habitacional Padre João Marcelino. Estou fazendo este requerimento à Secretaria de Ação Social. É evidente, deixar bem claro no requerimento que não adianta mandar só os nomes, os nomes estão no jornal e a Secretaria de Habitação já nos encaminhou. Eu quero é que tenha lá uma qualificação da pessoa, endereço dela, tudo direitinho, até porque eu vou pedir para a Casa checar alguns nomes que já foram denunciados, que não precisam de casa. Isso é denúncia, vamos ver, se for verdadeiro, às vezes, é mentira. O requerimento é baseado nisto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “Senhor Presidente, eu confesso que não estou entendendo. O senhor está requerendo... Porque foi encaminhado um dossiê de como é feito o...”. O Senhor Presidente registrou: “eu ia encaminhar para a Assistente Social na semana passada, mas alguns vereadores, não me lembro quem, entendia que era para a de Habitação. Eu encaminhei para ela, mas ela não me satisfiz no encaminhamento. Eu preciso da qualificação das pessoas que foram contempladas e o histórico delas porque aí não fala”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse:



“então, na verdade, o requerimento é de um relatório das pessoas que já foram contempladas porque o senhor colocou como se fosse o mecanismo, e o mecanismo ela mandou”. O Senhor Presidente afirmou: “o mecanismo eu sei, está aí. Eu quero o relatório agora das pessoas porque aí eu vou bater com o mecanismo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “em cima do requerimento do senhor, eles divulgaram até em jornal e, na verdade, aquela lista sai como uma pré-seleção, não sai como uma lista definitiva. Mas como você coloca como pré-seleção? Isso que eu não estou conseguindo entender. Só uma pré-seleção fica complicado até para você investigar porque a mesma pessoa que está ali sendo supostamente contemplada pode não estar na lista final”. O Senhor Presidente registrou: “pré-seleção é que tem cento e oitenta casas e tem duzentas e sessenta pessoas. Eles devem pegar essas duzentas e sessenta, fazer uma triagem, qual é mais deficitária financeiramente e pôr na frente. Isso que teria que ser feito, que eu espero que seja feito. É só isso. Agora, o que eu quero é outra coisa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “se for isso, eu acho um absurdo você colocar num jornal uma lista de pré-selecionados, a pessoa está toda empolgada achando que vai ganhar uma casa e daqui a pouco...”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “acontece o seguinte, a relação das pessoas pré-selecionadas no jornal são as pessoas que estão em potencial para ter a casa, porque elas são financiadas pela Caixa Econômica, então, a Caixa Econômica também tem os critérios dela, a pessoa é avaliada também pela Caixa, por isso que é pré-selecionada. A seleção final é quando tiver liberado pela Habitação e aquiescência da Caixa Econômica Federal”. O Senhor



Presidente falou: “o meu requerimento, eu vou pedir ainda que ele vá para a Secretaria de Ação Social e que me encaminhe assim que tiver os cento e sessenta contemplados, não precisa nem mandar agora, eu quero só quando tiverem prontinhos os cento e sessenta. Foram escolhidos os cento e sessenta, aí encaminha para esta Casa. O requerimento é baseado nisso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “o senhor chegou onde eu queria”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou: “mas e as denúncias que o senhor teve, outros vereadores também?”. O Senhor Presidente disse: “mas tem que saber se é verdade”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “pois é, mas aí, se não encaminhar isso...”. O Senhor Presidente falou: “só vamos saber depois que chegar os cento e sessenta que foram contemplados; duzentos e sessenta não adianta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “Senhor Presidente, eu acho que é só a título de contribuição, talvez para a gente fazer um requerimento mais assertivo. Eu tenho certeza, tem os profissionais de ação social dentro da Secretaria de Habitação e eles fazem esta triagem lá dentro. Só com relação à pré-lista, eu sou muito favorável, desculpa vereador André. A pré-lista é extremamente necessária porque é dela que podem surgir as possíveis denúncias. Não é que tem cento e oitenta e vão sair cento e sessenta não. Tem cento e sessenta, se tirar três, três que estiverem na frente vão entrar no lugar daqueles que estão errados. Esta expectativa tem que acontecer mesmo porque se teve um erro na hora da seleção, detecta este erro, é mais do que justo que aquela pessoa saia da lista. Então, a pré-lista é em função disso, com toda certeza”. O vereador Leci Alves Campos disse: “Silvânio, completando o que



you spoke, vereador André, also has the question of the verification of the information that the person registered. Then, it is at this moment that the documentation is delivered and is evaluated. For this, the person can also lose their registration, if they do not prove that the registration is correct". The Senhor Presidente affirmed: "my request is based... If any vereador wants to contribute beyond this, with the greatest pleasure. At the time the Secretaria de Ação Social has the complete names of the hundred and sixty houses, send them to this House, with address, with the identifying power of each one, those who earn minimum wage or earn two or earn three, etc. Here, we will manage to make a cross-check of this material that has already been ordered by the Secretaria together with the other". The vereador Gilson Antônio Marques requested: "Senhor Presidente, I would like to ask for your permission to make a correction in this request". The Senhor Presidente responded: "be at liberty, vereador". The vereador Gilson Antônio Marques said: "this program that you are talking about is called socioeconomic for every citizen. And today it does not matter to you to do more for the Ação Social, it is pertinent to the Secretaria de Habitação. You will do for the Ação Social, you will only delay once more the answers that you are wanting. If you insist in the way that you want, I respect your opinion, but I vote against". The Senhor Presidente responded: "be at liberty to vote against, I will insist on the Ação Social because there are vereadores here who are witnesses, all the registrations come from there and there are all registered...". The vereador Gilson Antônio Marques said: "yes, Senhor Presidente, yes; no more". The Senhor Presidente registered: "it is impossible that I do not have



mais isso. Vereador, o senhor deve estar mais bem atualizado no município do que eu; eu vou lhe atender, vai para a Secretaria de Habitação, está bom vereador? Porque eu não sou cabeça dura não. Tomara que aconteça o que eu estou pedindo. O requerimento vai direto para a Habitação. A Habitação deveria ter mandado, então, ali e não veio. Está faltando conteúdo lá”. O vereador Gilson Antônio Marques informou: “mandou errado porque está lá”. O Senhor Presidente disse: “talvez não mandou porque eles não têm os cento e sessenta nomes ainda, a hora que tiver eles encaminham. Então, vai para a Habitação”. Requerimento aprovado por nove votos. O vereador Flávio de Almeida propôs requerimento verbal: “o requerimento é simples, que o Executivo envie para esta Casa, para este vereador, toda a documentação, eu já fiz um ofício, já está lá, mas está demorando, toda documentação com referência à negociação do Executivo com a Morro Velho, no valor que a Morro Velho deve hoje, qual é o desconto que está dando, em cima de qual lei que o Executivo usa hoje?”. O Senhor Presidente afirmou: “o meu requerimento é quase baseado igual ao seu, se a gente combinar podemos fazer junto. Eu tenho uns gráficos aqui, que a Morro Velho deve ao município, isso segundo a Secretaria de Fazenda, dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e oito. Isso é agora, da última vez que eu passei pelo município, que eu passei por lá, fiquei dez dias lá. E novecentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e três de ISS. Então, o meu requerimento é pedindo à Secretaria de Habitação que remeta a esta Casa a documentação, um terreno que a Morro Velho vendeu para o município por quatro milhões de reais, que é na descida aqui do Barbosa, quando você chega no alto ali e já



vai descendo, lá em baixo, aquele barranco do lado esquerdo, que ali até a terra é muito ruim. Ali para fazer predinho vai ter que furar, estacamento, porque eu tenho informação de geólogos, de pessoas capacitadas, que o terreno é da pior qualidade, vai gastar um dinheirão. Se for desaterrar então, é o fim do mundo. Então, que encaminhe para esta Casa como foi feito esses quatro milhões de negociação porque ela deve dezessete ao município, como vai pagar quatro para ela? O meu requerimento é baseado nisso aqui. Se a Sua Excelência quiser pôr junto, não tem problema, mas é mais ou menos isso aqui. Agora, o interessante é que tem a Vale aqui também que deve trinta e oito milhões ao município, e o pior é que o município não ajuíza os IPTU's, fica nesse empurra-empurra. Põe no Fórum, põe no pau porque um coitadinho aí na rua está devendo quinhentos reais de IPTU, já mandam ele lá para o Fórum; ele tem que pegar fila, tirar o processo de lá, ir para lá, entrar na fila, uma luta para pagar. Agora, os bacanas, nada. Até porque esta Casa no ano que vem, esse ano pode ser que não dê tempo, ela tem que fazer uma avaliação das áreas da Morro Velho e da Vale em todo o Município de Nova Lima. Nova Lima tem o Plano Diretor, ela tem expansão urbana até para cima do Estoril. E eles pagam IPTU Rural, eles têm que pagar IPTU Urbano. Então, no ano que vem, espero que esta Casa, não sei, eu não estarei aqui no ano que vem mais porque o Regimento não me permite continuar, também estou muito cansado; espero que a pessoa que estiver aqui faça esse levantamento. Isso é bom fazer no Plano Diretor porque aí vai ver as áreas urbanas todas que eles estão pagando como área rural. Não são só eles não, outras empresas pagam também. Só para vocês verem, se pegar



trinta e oito milhões da Vale, dezessete da Morro, dá cinquenta e seis, cinquenta e sete. Isso dá para fazer quatro mil casas populares; o déficit em Nova Lima é de cinco mil casas, o povo aqui não tem casa mesmo, se não mudar essa lógica vai ficar muito tempo sem casa porque cento e sessenta casas é dar um tiro curtinho aí, você não tira nem o gosto da população. O requerimento... A Sua Excelência quer fazer separadamente?”. O vereador Flávio de Almeida respondeu: “não, vamos fazer junto. A gente tem só que colocar no texto”. O Senhor Presidente falou: “pode pôr no texto do requerimento junto, que a Secretaria mande como foi a negociação porque, na lógica, mesmo que comprou por quatro milhões, que é o que se fala. Estou só pedindo, eu sei que a Cláudia, a Secretária, ela é muito... Agradeço a ela que ela encaminhou, ela encaminha as coisas com a maior boa-vontade porque se for para o Executivo, demora uns seis meses. Na Secretaria de Habitação, eles encaminham sem problema nenhum, até porque ela é uma pessoa, eu não tenho amizade com ela, mas vejo falar que é uma pessoa muito séria e direita. O que me estranha, se foi feito quatro milhões para comprar e esses dezessete que ela deve, como faz? Então, leva e não paga? Complicado não é? Ainda mais um lote numa área ruim. Quero ver onde o município vai enfiar aquilo. É um barranco de uns quinze metros, terra ruim, tem que fazer estacionamento. Agora, casa popular, fazer estacionamento, a casa do pobre já é tão desgraçada, ainda vai fazer estacionamento, não é para ele, vai ser para outro porque a obra vai ficar muito cara”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “nesse caso, então, Senhor Presidente, tem que pedir quem foi o



Secretário ou quem foi a pessoa responsável que avaliou este barranco no valor de quatro milhões”. O Senhor Presidente disse: “eu vou completar aqui, queria saber, que encaminhasse também na resposta, como foi feito essa negociação com a Morro Velho e também quem foi o avaliador desta área. Lá deve ter a avaliação da pessoa que fez a avaliação dessa área, encaminhar a esta Casa. Este é o requerimento. Quer completar alguma coisa?”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “no meu caso, toda a documentação de negociação do Executivo com a Morro Velho e todo o desconto que está sendo dado para eles, e qual foi a lei que eles usaram; encima de qual lei que eles estão usando esse desconto? Se para o pobre, quando vai lá, a resposta é que a lei não permite. Então, em cima de qual lei? Às vezes, tem uma lei que esta Casa também desconhece”. Requerimento aprovado por nove votos. No Grande Expediente, o Senhor Presidente falou: “lembrar que eu falei aqui nesta Casa de antena de celular, foi um requerimento para lá, isso é uma coisa muito séria, negócio de câncer. Já falei isso aqui, não adianta nada, isso entra no ouvido de um, sai no ouvido do outro lá. Acho que deve ter um marimbondo no ouvido do Secretário de Meio Ambiente porque ele não ouve ninguém. É coisa séria, coisa de saúde pública. Mexer com a vida dos outros é muito triste. O vereador estava falando aqui, quando ele começou a falar das pessoas pobres, eu lembrei, denunciemos aqui também a Morro Velho com esse negócio de arsênico e nada, a prefeitura está pagando cinquenta e seis alugueis de casas, quem tinha que pagar era a Morro Velho porque ela que rachou a casa desse povo todo aí. Ela que mutilou esse povo todo na Mina D’água, nasce menino lá sem braço; todo mundo sabe disso



aqui, mas não dá nada, denuncia aqui e não acontece nada”. O vereador Flávio de Almeida indagou: “Senhor Presidente, parece que neste caso, a comissão que foi feita na Casa passou para o Ministério Público, não é isso? O Ministério Público que ficou para dar um parecer? É só para a gente saber”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira comunicou: “eu fui destituída da comissão, então eu, infelizmente, não posso responder o senhor”. O Senhor Presidente registrou: “é uma vergonha. E outra coisa, tem denúncia porque quando as desgraças acontecem eu trago elas aqui e mostro, depois acontece. Este problema que aconteceu em Itabirito está para acontecer em Nova Lima e aí mesmo, isso aí para nós..., mas vai para o lado de Raposos. Essa represa deles aí dizem que está um perigo danado, essa contenção aí em cima, na Mina D’água; se descer, desce tudo. A Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura não tem fiscalização, eles são incapazes de pegar um fiscal, ir numa mina da Vale fiscalizar, são incapazes de ir na mina da Morro Velho fiscalizar. Eles não fazem nada, absolutamente nada. Aí manda um lixo desse corredor ecológico para a Casa, dando trabalho para as comissões aqui, sem mapa, como você vai saber, corredor ecológico sem mapa, sem conteúdo nenhum no projeto”. O vereador Flávio de Almeida perguntou: “Senhor Presidente, o senhor criou uma comissão onde a vereadora Ângela foi destituída. É isso mesmo, vereadora Ângela, a senhora foi destituída da comissão?”. O Senhor Presidente informou: “destituída não pelo Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira confirmou: “não, pelo senhor, não”. O vereador Flávio de Almeida sugeriu: “mas sobraram dois vereadores, eram três na comissão. Senhor Presidente, eu posso fazer



uma sugestão? Os dois vereadores que sobraram na comissão, que eles cobrem um posicionamento do Ministério Público”. O Senhor Presidente disse: “os vereadores, me parece que foi o André, a Ângela... foram três. Esse é um comentário que fiz no Grande Expediente. E bom a gente lembrar porque as coisas aqui ficam no esquecimento e não pode”. O vereador Silvânio Aguiar Silva esclareceu: “é porque a comissão lá do bairro, os representantes do bairro preferiram que o Ministério Público atuasse no caso, e pediram a gente, gentilmente, que se afastasse e, assim, nós o fizemos”. O Senhor Presidente afirmou: “engraçado, eu quando passei minha última vez pela prefeitura, eu passei há dois meses, só para lembrar aos vereadores, isso é muito importante, eu saí de lá, tinham cento e oito milhões na conta do município. Quem quiser checa está aqui, isso é dinheiro público, não tem que esconder não. Tem dois meses só. E as estradas que a Vale fechou não abriu também não. Eu, agora, vou ver se nesta semana eu vou no Ministério Público e vou encaminhar porque não adiantou nada, eu encaminhei para o Executivo. A estrada do Costa que entra aqui em Macacos está fechada, não fizeram nada, estrada pública; fecharam, eles que mandam. A estrada antiga do Morro do Chapéu, ninguém nem pode andar lá, chegam os carrinhos da Vale lá ‘o que você está fazendo aqui?’ ‘Eu vim andar’. ‘Aqui não pode não’. E a estrada é pública. Então, vou ter que ir lá no Ministério Público denunciar isso. A gente faz as coisas aqui, mas a gente cansa, viu, cansa mesmo. Quando você não tem um Executivo que consegue te dar respaldo para trabalhar, você cansa aqui mesmo”. O vereador Flávio de Almeida falou: “ só para o senhor aproveitar a ida no Ministério Público. Eu fiquei preocupado



com a comissão destituída pelo povo porque foi eleita por esse povo. Então, eu queria que o senhor fosse no Ministério Público, aproveitasse a viagem do senhor e perguntasse no Ministério Público em que pé está a situação do povo. Aí, nós vamos ver o peso de uma grande empresa e o peso do povo”. O Senhor Presidente registrou: “e vou fazer a denúncia porque este problema de Itabirito, morreu só um, mas isso vai acontecer aí, vai acontecer em mais alguma coisa da Vale por aí porque, vou repetir aqui para todas as pessoas que estão aqui nos assistindo, vou repetir outra vez, não tem fiscal no Meio Ambiente. Sabem que no Canadá, sábado e domingo, eles desovam caminhão, a gente que tem que ficar vigiando lá, caminhão de entulho, isso e aquilo. Não tem fiscal, não tem carro, não tem isso, não tem nada. A Secretaria de Meio Ambiente do município, eu vou dizer, coitada de Nova Lima”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____